



EXPECTATIVA x REALIDADE: POSSIBILIDADES DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA ESCOLA AMARELA

EXPECTATION x REALITY: POSSIBILITIES FOR EMERGENCY REMOTE EDUCATION AT ESCOLA AMARELA

Kézia Félix Pires¹
Rosa Maria Corrêa²

RESUMO: O presente artigo objetiva compreender a vivência e as possibilidades de Ensino Remoto Emergencial (ERE) em uma Escola Municipal da regional Norte da cidade de Belo Horizonte. O ERE foi proposto de forma compulsória devido a atual situação de pandemia causada por Covid-19 que ocasionou o fechamento das escolas para evitar contaminação e disseminação da doença. Com isso, professores e alunos tiveram que se reinventar frente às novas formas de ensino-aprendizagem. O artigo foi elaborado a partir da realização de estágio com os professores do nono ano dessa referida escola. Tanto o estágio quanto os professores instigaram a aprofundar o conhecimento dessa realidade. O referencial teórico foi utilizado para embasar a pesquisa. Ainda que o tema seja contemporâneo, há materiais de qualidade que discutem a função da tecnologia e internet na educação e o papel do professor, mediador na utilização desses. Em confronto com a pesquisa de campo, identificamos possíveis respostas ao desafio apresentado. A pesquisa de campo foi realizada com entrevista a uma coordenadora para conhecer um pouco mais a realidade dos alunos e tivemos acesso a respostas de 107 estudantes do “Mapa Socioeducacional” realizado pela instituição com identificação de que 94% dos estudantes disseram ter equipamentos celulares e apenas 54% disseram ter boa internet. E, por último, uma pesquisa foi realizada com sete professores (as) voluntários (as) que responderam questionário semiestruturado e colaboraram para fomentar as possibilidades de Ensino Remoto Emergencial. Percebeu-se dificuldades entre a comunicação de (as) professores (as) e alunos (as) e a necessidade de auxiliar os (as) adolescentes com habilidades de autonomia e auto responsabilização para compreensão do novo formato de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Tecnologia; Pandemia; Ensino Remoto Emergencial; Aprendizagem.

ABSTRACT: This article deals with the possibilities of Remote Emergency Education (ERE) in a Municipal School in the northern region of the city of Belo Horizonte. ERE was proposed on a compulsory basis due to the current pandemic situation caused by Covid-19 and causing schools to close to prevent contamination and spread of the disease. As a result, teachers and students had to reinvent themselves in the face of new forms of teaching and learning. The article was prepared based on an internship with the teachers of the ninth year of that school and who instigated to deepen the knowledge of this reality. The theoretical framework was used to support the research, although the theme is contemporary, there are quality materials that discuss the role of technology and the internet in education and the role of the teacher, mediator in the use of these. In comparison with field research, we identified possible responses to the challenge presented. The field research was carried out with an interview with the coordination to get to know the reality of the students a little more and we had access to 107 student’s responses from the Socio-Educational Map carried out by the institution with the identification of 94% of the students said they have cell phones, however, only 54% say have good internet. And finally, the survey with seven volunteer teachers who answered a semi-structured questionnaire and collaborated to promote the possibilities of Emergency Remote Education. Difficulties were perceived between communication in which teachers speak, organize tasks and do not receive answers or feedback from students. The need to help adolescents with autonomy and self-responsibility skills to understand the new teaching format.

KEYWORDS: Education; Technology; Pandemic; Remote Emergency Teaching; Learning.

¹ Graduada em Administração com Ênfase em Empreendedorismo e Gestão Estratégica pela PUC Minas (2008) e Graduada em Psicologia, Bacharel e Licenciatura pela PUC Minas (2020). keziafelixpires@gmail.com

² Graduada em Psicologia pela PUC Minas (1986), especialização em Psicologia Educacional pela PUC Minas e em Atendimento Educacional Especializado pela UFC, Mestrado em educação pela UFMG (2000), Doutorado em educação pela UNICAMP (2009) e Pós Doutorado em Ciências Sociais pela PUC Minas (2011). Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. rosamc@pucminas.br

1 INTRODUÇÃO

A atual situação de pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19) fez com que a população mundial precisasse repensar suas formas de se relacionar socialmente. Um dos ambientes sociais afetados são as Instituições Escolares, sejam elas públicas ou privadas. Para conter o avanço da contaminação, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) determinou através do decreto 17.298 de 17 de março de 2020, publicado no Diário Oficial Municipal, conforme inciso I do 4º artigo, que houvesse suspensão “de aulas e atividades nas instituições de ensino municipais e instituições de educação infantil parceiras da Prefeitura” (BELO HORIZONTE, 2020) com efeitos a partir de 19 de março do mesmo ano.

O ensino das escolas da prefeitura de Belo Horizonte tem historicidade de ser realizado no modo presencial. E com o prazo de dois dias, professores, alunos, coordenadores, dirigentes institucionais e comunidades foram retirados de sua rotina de socialização no ambiente escolar presencial e de modo compulsório passaram a socializar remotamente. Muitas dúvidas surgiram acerca da prática escolar e Ensino Remoto Emergencial (ERE), sejam as adaptações, acessos a equipamentos tecnológicos, acesso à internet banda larga de alta qualidade e quais métodos ou ferramentas utilizar. E para conhecer a nova realidade dos estudantes, a direção da escola aplicou um questionário o “Mapa Socioeducacional” que está descrito na apresentação, análise e discussão dos dados de pesquisa.

O texto apresenta as orientações da Secretaria Municipal de Educação (SMED) às instituições públicas educacionais; pesquisa realizada com a coordenadora que vamos chamar de Jade; pesquisa com sete professores (as) e, para manter o sigilo, vamos nomeá-los (as) por Diamante, Pérola, Esmeralda, Safira, Âmbar, Marfim e Rubi; e vamos apresentar a pesquisa do “Mapa Socioeducacional” realizada com 107 alunos das turmas Violeta, Calêndula, Amárilis, Azaleia e Orquídea. Todos (as) participantes fazem parte do último ano do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte, a Escola será representada por Amarela. Os nomes foram escolhidos de forma aleatória e sem analogias a conceitos sociais ou separações reducionistas.

O objetivo principal do artigo é compreender a vivência e as possibilidades do ERE durante a pandemia provocada pelo Covid-19. O artigo surgiu a partir de encontros semanais, por vídeo chamada, realizados entre profissionais da coordenação e professores do 9º ano da Escola Amarela, para conclusão do estágio obrigatório de Licenciatura em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Este trabalho traz fatos da vivência dos estudantes e professores a partir da situação compulsória de mudança de regime de ensino e que

provocam necessidades de readaptação, flexibilidade e criatividade. Se organizar e gerenciar frente ao caos de uma pandemia sem prévios treinamentos ou adaptação de ambas as partes envolvidas é uma tarefa desafiadora. O tema trazido é contemporâneo e demonstra as incertezas dos professores sobre as possibilidades de sua atuação nesse campo.

2 ORIENTAÇÕES DA SMED, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

2.1 Orientações da Prefeitura de Belo Horizonte na Pandemia às Instituições Educacionais

A Secretaria Municipal de Educação (SMED) registrou no Diário Oficial do Município a Portaria 102 de 20 de março de 2020 que dispôs sobre a interrupção das atividades escolares em todo o Sistema Municipal de Ensino, como estratégia para o enfrentamento da Covid-19 em Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2020). Decorridos os meses entre março e agosto com os professores e estudantes em casa, foram repensadas outras formas de ensino com uso da tecnologia e redes sociais. Foi solicitado pela SMED às escolas que realizassem uma pesquisa denominada de “Mapa Socioeducacional” para identificar se os alunos possuíam equipamentos eletrônicos, internet banda larga, se eles possuíam acesso pessoal a esses equipamentos em horário integral, quais redes sociais eles utilizavam. Para conseguir alcançar os estudantes, a direção escolar juntamente com coordenadores e professores contrataram um moto som para circular nos bairros, próximo à Escola Amarela, com orientações em autofalantes para os estudantes acessarem as redes sociais da escola, como *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*. Professores e direção escolar realizaram e realizam contato individual para os telefones que continham nos cadastros escolares, entretanto, os professores e coordenação da Escola Amarela relatam sobre as dificuldades em encontrar esses alunos nos telefones informados, muitos números já não pertenciam aos responsáveis pelos alunos.

Dentre o período de março a setembro de 2020 a SMED publicou algumas portarias para regulamentar e orientar as pessoas envolvidas na área da educação municipal. Para o presente artigo será mantido foco na publicação da Portaria 138 de 4 de setembro de 2020 que trouxe orientações para as escolas atuarem com os estudantes que finalizam o ano na rede municipal (BELO HORIZONTE, 2020). O objetivo é para que fosse concluído o calendário escolar de 2020 e esses estudantes fossem aprovados para seguirem para o ensino médio na rede Estadual de ensino, caso tivessem comprovação de realização das tarefas do Currículo Essencial. Para complementar essa portaria, as Escolas receberam instrução para implementa-

ção do *Regime Especial de Atividades Escolares* e cumprimento do calendário escolar de 2020 até 28 de fevereiro de 2021 para alunos matriculados em turmas do nono ano do ensino fundamental regular.

Dentre as instruções apresentadas pela Secretaria às Escolas de Belo Horizonte estão orientações para que os professores elaborassem atividades correspondente a 60 horas quinzenais, portanto, deverá ser entregue ao estudante a cada 15 dias corridos. Os alunos precisam responder, resolver e devolver aos professores as apostilas propostas para que seja arquivado no *Google Drive* em pasta individual com o nome do aluno.

O envio das tarefas mencionadas pode ocorrer de forma virtual, por aplicativos de envio de arquivos ou presencialmente nas escolas e, caso seja escolhida a última opção, a SMED traz orientações sobre como proceder para evitar contaminação e disseminação do Covid-19. Se o aluno encaminhar por via física, a apostila deverá ser digitalizada pelos profissionais que trabalham na escola e inseridas no *Google Drive* para os estudantes terem arquivadas suas atividades realizadas e comprovar seu *Portfólio Escolar Anual*.

Essas orientações descritas são válidas a todas as Escolas Municipais de Belo Horizonte. E são necessárias para acolher a solicitação da SMED, atender ao anseio das famílias e a Constituição da República de 1988 conforme artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Portanto, as Instituições Municipais Escolares precisaram realizar tarefas para cumprir a determinação de ensino para todos.

A coordenação juntamente com professores elaborou um questionário para conhecer a realidade dos estudantes de sua escola e de seus acessos a equipamentos tecnológicos. Realizaram reuniões semanais com o aplicativo *Google Meet* entre coordenação e professores para assuntos como, elaboração das atividades, discussão de formas de alcançarem os estudantes e evitarem evasão escolar, utilização de aplicativos, dentre outros temas necessários para realizarem a tarefa de mediar o processo de aprendizagem.

E no contexto de pandemia e a angústia ao desconhecido que acomete a população a nível mundial, professores e alunos precisaram se reinventar no Ensino Remoto Emergencial. Os professores necessitaram compreender que seus alunos precisam “aprender a aprender de forma remota” (MARINHO, 2020, p.16). Teoricamente o ERE, conforme citado por Marinho (2020), deve conter aulas síncronas virtuais, nos horários das aulas que seriam presenciais; tarefas assíncronas como vídeoaulas gravadas pelos professores ou indicação de vídeo no *Youtube*, exercícios, filmes, leitura de livros, dentre outros que contemplem a matéria a ser

lecionada; adaptação de calendário; e, os professores precisam se adaptar a desenvolver a fluidez e habilidades tecnológicas.

Marinho (2020) relata sobre a impossibilidade de acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) por muitos o que “exigirá novas políticas públicas quanto a tecnologia na escola.” (MARINHO, 2020, p.18). Novas formas de comunicação que excluem muitos por ausência de equipamento ou de conhecimento.

2.2 Comunicação e as TDICs

Bassedas e *col.* (1996) sugerem que as intervenções não sejam bruscas e sim pequenas mudanças na instituição para não provocar uma desestabilização. Entretanto, foi exatamente o contrário que aconteceu, uma mudança repentina no modo de ensinar. A pandemia provocou alterações significativas na rede de ensino da prefeitura de Belo Horizonte. Professores não sabiam como reagir frente a essa nova situação, a qual dispunham de pouca ou nenhuma orientação e despreparo profissional para atuarem. Essa mudança provocou uma necessidade de utilizar a tecnologia para se comunicarem à distância, as TDICs. Comunicação que não se mostrou ser eficaz ou não está sendo utilizada de modo que o seja.

Segundo a reportagem de Oliveira (2020), publicada em setembro de 2020 em O Globo, o índice de alunos desmotivados com os estudos subiu de 46% para 54% nas escolas públicas municipais e estaduais durante a pandemia. Foram entrevistados 1021 pais ou responsáveis pelo Instituto Datafolha. Na escola Amarela não é diferente, segundo relato dos professores muitos têm sido os alunos que visualizam a mensagem e não respondem; que pegaram a apostila, mas não devolveram com as atividades realizadas; alguns já desistiram do ano letivo e ficaram de retornar no próximo ano.

Um dos obstáculos vivenciados pelos professores da rede pública são os baixos níveis de acesso dos estudantes a equipamentos de tecnologia ou rede de internet de forma constante, individual e de qualidade.

As professoras relatam na pesquisa as dificuldades que os estudantes e seus familiares enfrentam com a nova estrutura escolar de ensino remoto emergencial. Professores relatam que respondem as mensagens para os (as) alunos (as) e os pais devolvem dizendo que naquele momento estão no trabalho e que o (a) filho (a) terá acesso ao celular à noite, e assim ele poderá realizar as atividades ou ver as respostas da (o) professora (o). Em outros momentos os professores relatam que os alunos não têm acesso à internet banda larga e por isso optam por buscar na escola a apostila física. Ou seja, a comunicação está assíncrona, não tem o contato

síncrono da chamada de vídeo com os estudantes para tecer as relações sociais e se conectarem de forma afetuosa para propiciar um ambiente seguro e acolhedor para o processo de ensino e aprendizagem.

2.3 Ensino e a Tecnologia

A educação pública é também uma questão política com progressos e retrocessos a depender de qual valoração a Educação terá para os governantes. Nesse sentido, recursos financeiros ora são retirados ora são incluídos nessa área tornando-se esse, um lugar de constantes greves, luta por direitos e melhores condições de trabalho para os professores.

O documento Base Nacional Comum Curricular (2018) (BNCC) expressa as orientações curriculares nacionais, instituídas pelo Ministério da Educação:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p.9).

Entretanto, há uma ausência de priorização da educação pública com instrumentalização e capacitação tecnológica nas escolas seja para os professores, funcionários ou alunos. É compreensível a dificuldade em transpor barreiras práticas que o sistema atual de ensino está enfrentando, buscando formas de se reinventar, de romper paradigmas de ensino e de encontrar a estabilidade do sistema frente ao paradigma da aula remota. É preciso discussões acerca do tema e da comunhão entre líderes institucionais professores, estudantes, comunidade escolar para se alcançar novas formas de ensinar e aprender utilizando as ferramentas tecnológicas (TDICs).

A tecnologia sempre atravessou e sempre vai atravessar a educação, como diz Marinho (2020) a diferença é que agora a ferramenta tecnológica é o computador, o celular, a internet e as redes sociais. Mas essas ferramentas citadas, sozinhas, nada podem fazer. O fato de ter equipamentos nas casas e escolas de nada adianta se não possuírem professores para auxiliar e mediar os alunos a desenvolver de modo crítico as informações ali encontradas, desenvolver o conhecimento, desenvolver a aprendizagem, capacitar o estudante como cidadão digital.

Apesar disso, há uma distância entre a contemporaneidade digital e as escolas. Uma das formas de interpretação para as dificuldades de ensino atuais é descrita pelo autor Prensky (2001), que traz um importante debate sobre nativos digitais e imigrantes digitais. No primei-

ro caso, considera-se nativo digital quem tem uma relação com a tecnologia de modo interativo, curioso e com familiaridade, que parecem natos, pertencentes. Já os imigrantes digitais são aqueles que não estão familiarizados com os aparatos tecnológicos e desconhecem ou têm pouca curiosidade para conhecer, o que se assemelha à percepção de não pertencentes. Prensky (2001) considera que os nativos digitais seriam os alunos dos imigrantes digitais (professores) e os conflitos gerados nessa interação provocam instabilidade e dificuldade devido às suas diferentes formas de aprendizagem.

Foi perguntado aos professores da Escola Amarela sobre o ano de formação dos profissionais para perceber se esse período da graduação teria alguma influência para o profissional conhecer ou se relacionar com a tecnologia. E a percepção sobre a amostra da pesquisa realizada pela autora foi que, independentemente do período de formado, pode haver aprendizagem significativa, portanto, como Prensky (2001) menciona, o fator ano ou tempo de formação não é determinante, e sim uma referência para ser considerado um imigrante ou nativo digital. Temos dentre as respostas dos educadores da Escola diversas datas de graduação, desde 1980 a 2015. E, dos professores da Escola Amarela que realizaram curso de tecnologia disponibilizado pela instituição escolar, 71% obteve participação com aprendizagem satisfatória e apenas 28% não aprenderam de forma satisfatória. Não é uma regra definidora em que ser imigrante digital é igual a não conseguir se reinventar e se atualizar. Prensky (2001) diz que é mais uma referência de como você se relaciona com a internet e as TDICs do que o ano que nasceu ou formou.

Se analisarmos pelo viés de faixa etária de nascimento e ano de graduação, seriam considerados como imigrantes digitais os professores. E suas principais formas de aprendizagem foi expositiva, em sala de aula, na qual o professor repassava a informação aos alunos que recebiam como uma verdade quase sempre inquestionável. Em contrapartida, os nativos digitais aprendem com vídeos breves na internet, o relativismo e várias vozes ou lugares de fala são considerados e, por analogia a faixa etária, seriam considerados os atuais estudantes.

E independente que sejam professores ou alunos, aqueles que se sentem imigrantes digitais podem estar pouco à vontade com a atual situação de sistema remoto emergencial de ensino. A tecnologia traz significativas mudanças no ambiente escolar e na subjetividade dos professores conforme pesquisa citada por Abreu e Nicolaci-da-Costa (2006) e realizada por Maçada, Sato e Maraschin (2001), em que eles revelam desconforto e insegurança ao lidar com a tecnologia. Portanto, modificações que poderiam ser incorporadas de modo sistêmico, planejado e programado não foi possível devido à situação de Covid-19.

A informação está ao alcance de muitos a um click de distância e com o conforto da flexibilidade digital, mas para aqueles que têm acesso à internet e a equipamentos eletrônicos é diferente daqueles que não tem acesso sendo excluído dessa interação.

3 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa de campo com objetivo de encontrar possíveis respostas ao questionamento sobre as possibilidades do ensino remoto na Escola Amarela. A pesquisa de campo “é usada para avaliar os pensamentos, opiniões e sentimentos das pessoas” conforme descrito por Shaughnessy, Zechmeister e Zechmeister (2012 p.151) e ela foi confrontada com outra etapa metodológica que é a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica foi selecionada com intuito de compreender e conhecer o tema de ensino remoto nas instituições que já realizam esse modelo e possíveis respostas de contribuição para a Escola Amarela. Também foi necessário conhecer as instruções da prefeitura de Belo Horizonte, seus normativos com informações importantes detalhadas de como as escolas deveriam agir frente a esse desafio, quais medidas e orientações complementares à Portaria SMED nº 138 de 2020 (BELO HORIZONTE, 2020).

Para a coleta de dados no campo foi realizado um questionário estruturado via aplicativo gratuito *Google Forms*, enviado a 11 educadores das turmas do 9º ano da Escola Amarela. Sete professores responderam a pesquisa. Também foi realizada entrevista semiestruturada com a coordenadora Jade, foi feita por vídeo chamada com uso do aplicativo gratuito *Google Meet*. A partir da entrevista com Jade que tive acesso a respostas do “Mapa Socioeducacional”, que foram de suma importância para a elaboração desta pesquisa.

Por sua vez, o “Mapa Socioeducacional” foi uma orientação da SMED às escolas, solicitando que as mesmas identificassem o contexto das crianças e seus familiares de modo a conhecer sobre questões sociais e econômicas, ambiente de estudo e acesso a equipamentos. Portanto, o “Mapa Socioeducacional” foi realizado pela direção da Escola Amarela juntamente com os professores que elaboraram juntos 24 perguntas. Dentre os grupos de perguntas de 1 a 8 estão direcionadas a identificação do adolescente e dos responsáveis. As perguntas 9 e 10 correspondem a quais equipamentos eletrônicos, quantos e de quem são. Dos números 11 ao 14 é relacionado ao acesso desses estudantes à internet. Se os pais podem auxiliar nas tarefas é a pergunta número 15. A 16 é qual rede social é usada com maior frequência e o bloco das perguntas 17 à 24 correspondem a análise socioeconômica, espiritual/religiosa e emocional enfrentado pelos estudante e seus familiares no momento de pandemia. Segundo percepção de

Jade e concordância de professores, não foi satisfatório o retorno das respostas, para o total de pouco mais de 500 alunos menos de 200 responderam às perguntas. Dos, aproximadamente, 220 estudantes do nono ano, 107 aderiram às respostas do questionário após a publicação da Portaria nº 138 de setembro de 2020 pela SMED estipulando data fim de ano letivo e obrigatoriedade de realização de atividades com possível penalidade de repetir o ano, como mencionado no item anterior (BELO HORIZONTE, 2020).

Para enviar as atividades a Prefeitura da cidade em questão, por meio da SMED, criou *e-mail* para todos os alunos sob o domínio *@edu* para arquivamento das atividades realizadas, em pasta do *Google Drive* e é indispensável para a comprovação e conclusão do aluno do último ano na rede municipal.

De posse das respostas mencionadas acima, foram confrontadas percepções abstratas e realidades concretas sobre as possibilidades dos professores e dos alunos frente ao Ensino Remoto Emergencial.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Acesso de alunos à equipamentos e internet

A Escola Amarela elaborou, seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação de BH, e aplicou o “Mapa Socioeducacional”, recebendo as respostas de 107 estudantes do 9º ano, de cinco turmas. O questionário foi construído de forma coletiva entre professores, coordenação e direção. As turmas cujos nomes foram mencionados são: Violeta, Calêndula, Amarílis, Azaleia e Orquídea.

Em entrevista, Jade (coordenadora) e Safira (professora) mencionaram a ausência de perguntas direcionadas a crianças com deficiência ou necessidades especiais. Na Escola Amarela os alunos considerados de inclusão são: um diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um com deficiência intelectual e um surdo. Para esses alunos, assim como para os demais, a socialização e acompanhamento dos pares da mesma idade são essenciais para aprendizagem de habilidades sociais, afetivas e cognitivas, como sugere Bassedas e *col.* (1996)

Tanto o professor como outros colegas mais competentes são autênticos agentes do desenvolvimento e da aprendizagem que, de fato, ocorre, porque a criança vive em grupos e em interação e pode, desta forma, aprender com os outros por meio do relacionamento, da observação e da ajuda oferecida por eles. (BASSEDAS e *col.*,1996, p. 16)

Entretanto, com a situação de pandemia, eles estão isolados em suas casas e as professoras fazem atividades diferenciadas para acompanhar a aprendizagem. São importantíssimas percepções sobre ausência de perguntas específicas para esse público no “Mapa Socioeducacional”, mas como não foi objeto de pesquisa não foram aprofundadas questões. São temas que merecem estudo específico e demandam diferentes referenciais teóricos.

O questionário do “Mapa Socioeducacional” foi encaminhado a todos os estudantes do 9º sem distinção. E dos 107 alunos que responderam à pesquisa, apenas 27% têm computador ou notebook em casa, ou seja, menos de um terço. A maioria dos estudantes tem acesso a aparelho de celulares, totalizando 94% dos estudantes. Esse cenário limita os professores a elaborarem tarefas que possam ser executadas no e pelo celular. Do total de alunos, 2% não tem equipamentos tecnológicos, entretanto, dos estudantes que atualmente têm feito as tarefas, 100% deles têm escolhido realizar as atividades em apostilas impressas retiradas na Instituição Escolar por estudantes ou familiares e devolvidas preenchidas na Escola Amarela. Ou seja, ainda que tenham computador, celular, e 2% tem tablet, eles têm optado por realizar e retornar a atividade por meio físico. Nesse contexto, vale pensar quais os motivos da preferência por papel prevalecer para cem por cento dos alunos em detrimento do meio digital.

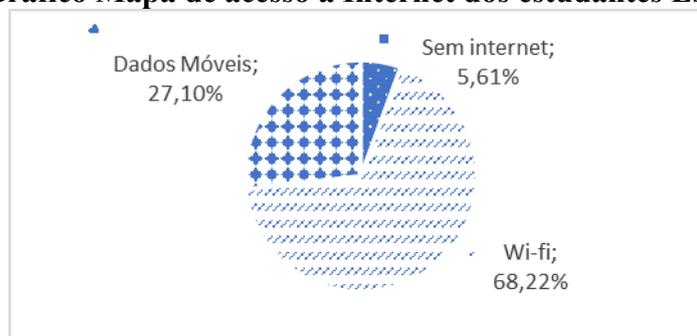
Dos estudantes da Escola Amarela, 79% têm livre acesso ao equipamento tecnológico, dentre esses, 59% podem utilizar a qualquer hora que precisar, de manhã, de tarde ou de noite. Portanto, mais da metade diz ter acesso ao equipamento necessário para realização da atividade de modo remoto mas, não os utilizam para essa finalidade. Para trazer uma análise da situação, a modalidade de Ensino à Distância (EaD) pode servir de exemplo, ainda que seja diferente do Ensino Remoto Emergencial. A EaD tem histórico de grande número de evasão e alguns fatores correspondem, segundo Marinho e *col.* (2013), ao fato de que aos estudantes “não lhes dispensa o compromisso, a responsabilidade e, principalmente, a capacidade de organização.” (MARINHO e *col.*, 2013, p. 597). Segundo os autores mencionados, são habilidades que não foram ensinadas aos professores durante sua preparação profissional e consequentemente não foram ensinadas aos estudantes que enfrentam dificuldades no modelo Emergencial Remoto.

Ter o equipamento eletrônico não garante o recebimento da tarefa, é necessário acesso à internet e o acesso a *wi-fi* é alcançado por 68% dos alunos pesquisados, sendo que 54% dizem ter boa internet, segundo o “Mapa Socioeducacional”. Ainda que o cenário pareça ser favorável para o envio das respostas *on-line*, não é isso que ocorre efetivamente nas escolas. Para 39% deles o sinal da internet é considerado ruim, e 5,6% dos estudantes não têm acesso

a rede de internet de modo algum. Cerca de 27% dos alunos somente têm acesso a dados móveis e essa realidade dificulta que assistam a vídeos e façam *download* de imagens, aplicativos ou acompanhem redes sociais todos os dias para acompanhamento das aulas e tarefas.

Diamante menciona na entrevista de professores “Mais (sic) a grande maioria não tem *wi-fi* e usa dados, que quando acaba não usam mais.”. Mas, no “Mapa Socioeducacional” como mencionado, quase dois terços dos estudantes dizem ter acesso à banda larga. Esses dados demonstram que talvez não seja o fator de acesso a eletrônicos que inviabilize a resposta desses estudantes e sim uma situação sugerida por Marinho e *col.* (2013) que “em geral são situações novas, causando desconforto naquele que se inicia na EaD.” (MARINHO e *col.*, 2013, p. 597) e pode propiciar a evasão escolar.

Figura 1 – Gráfico Mapa de acesso à Internet dos estudantes Escola Amarela



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O “Mapa Socioeducacional” foi elaborado e encaminhado às famílias no início da pandemia em meados de abril de 2020, mas a participação e resposta ao questionário da maioria dos alunos, foi em setembro, quando a SMED publicou a Portaria nº 138 de setembro 2020 com orientações para as escolas realizarem atividades para fechamento de ano letivo para alunos do nono ano (BELO HORIZONTE, 2020). Como as respostas dos alunos da Escola Amarela são de setembro de 2020, mesmo período em que a Prefeitura publica um normativo com instruções para realizarem as tarefas, sabemos como estão as situações daqueles alunos com acesso à internet *wi-fi* mas, não encontramos uma resposta para não usar a tecnologia por aqueles que as tem disponíveis. Uma das razões poderia ser o desemprego dos familiares que cortaram gastos com internet, conforme uma pesquisa relatada pela UOL (2020) e publicada em 30 de outubro demonstra que o nível de desemprego é de 14,4% e assola quase 14 milhões de pessoas, mas não parece ser esse o principal motivo nesse contexto e período.

Uma hipótese a ser avaliada com maior profundidade em outra pesquisa é em relação aos modelos das atividades elaboradas pelos professores que correspondem a tarefas direcio-

nadas a serem executadas em computador, mesmo com *wi-fi* fica difícil para esses estudantes as realizarem e as entregarem de forma digital considerando que, o maior acesso dos alunos é em aparelho de celular (94%).

Para os professores se conectarem aos estudantes a SMED (2020) comunicou aos professores que eles poderiam contactar os alunos via *whatsapp*. No “Mapa Socioeducacional” 90% responderam ter acesso a esse aplicativo e 10% disseram usar outras redes sociais ou não ter acesso a nenhuma rede social virtual. E segundo os professores e coordenação, essa tem sido a única forma de contato com os estudantes, e ainda assim não é satisfatória.

4.2 Acesso de professores à equipamentos e internet

Com a pesquisa realizada pela autora, foi identificado que todos os professores que responderam têm computadores de uso pessoal como notebook e além desse equipamento, 85% tem celular, 28% tem tablet e 28% tem computador de mesa. E todos eles possuem internet por banda larga ou fibra ótica. Para Marinho (2020) o computador é mais uma tecnologia que chega e a escola está com “práticas estabelecidas há muito tempo” (MARINHO, 2020, p. 9). E, a partir da pergunta de como veem a tecnologia na educação, a professora Pérola descreve que “qualquer ferramenta que otimize um processo é tecnologia. Livro é tecnologia.”. Pérola continua sua escrita considerando que, se relaciona bem com a tecnologia e que elas são importantes para promover a análise crítica. Esse é um dos principais papéis dos professores: o de fomentar o conhecimento e análise crítica dos alunos. Além de criar um ambiente confortável para a compreensão dos alunos de que não se trata de usar a internet somente como um espaço de captar a informação de *sites* sem fazer leituras críticas, é preciso produzir aprendizagem e conhecimento, segundo Marinho (2020).

E no questionamento se os professores da Escola Amarela se relacionam bem com a tecnologia, 57% dos professores dizem se relacionar bem e 85% relatam ser uma ferramenta importante da contemporaneidade. Marinho (2020) diz que “a internet criou um novo mundo e a escola deve se ajustar a ele para ser útil na sociedade contemporânea” (MARINHO, 2020, p. 8). Para verificar a percepção sobre a sugestão descrita de Marinho (2020), perguntamos aos entrevistados da Escola e, 42% consideram a tecnologia uma ferramenta essencial para a educação. Para 14% dos professores, os alunos têm capacidade de autonomia e 14% não consideram que os alunos têm essa habilidade. Os demais entrevistados não opinaram sobre esse quesito, entretanto, é uma habilidade considerada essencial para a realização de atividades, conforme salienta Bassedas e *col.* (1996). Pode ser que a autonomia seja necessidade ainda

maior que no presencial, no Ensino Remoto Emergencial, em que as trocas de informações, dúvidas e conhecimento entre os estudantes fica mais difícil de acontecer se não for estimulado e mediado por profissionais capacitados. Compreendendo essa habilidade como algo a ser analisado no ERE, o “Mapa Socioeducacional” trouxe uma pergunta importante sobre se o aluno precisa de ajuda para usar equipamentos eletrônicos. E o resultado é que 55% respondeu não precisar e 29% considerou que algumas vezes precisa de ajuda e 16% disse sempre precisar. Em caso de precisarem de auxílio, 51,4% disse ter ajuda raramente, uma vez por semana ou a cada dois dias e 48,6% disse ter auxílio disponível diariamente caso precise. No caso da sala Amarilis apenas 12% dos alunos que precisam de ajuda diz ter disponibilidade diária de algum familiar. Como mencionado por Diamante, “Os alunos precisariam de suporte para conseguirem usar de forma adequada as inúmeras ferramentas”.

Para se adequar a essa realidade virtual os professores têm papel fundamental para promover autonomia digital, analisar se um determinado recurso ou aplicativo terá sentido para o aluno em consonância com suas vivências e proporcionar aprendizagem, conforme sugere Marinho (2020). E os professores pesquisados na Escola Amarela demonstraram na pesquisa como estão desenvolvendo atividades diversas e se empenhando para apresentar aos alunos atividades compatíveis com sua faixa etária e interesse. Afinal, o retorno das atividades realizadas pelos alunos parecem ser uma preocupação da SMED, dos professores e coordenação escolar que propõem sugestões para evitar a evasão escolar.

Os professores diversificam as opções de atividades ofertadas aos alunos e a maior delas corresponde a produção e envio de imagens (85%) para os alunos analisarem, lerem e se informar sobre os temas propostos. Além desse método, 71% encaminham *links* de vídeos na internet, 57% indicam filmes que correspondem à disciplina. Dos professores entrevistados 71% indica páginas de leitura dos livros didáticos que estão de posse dos alunos em suas casas para leitura e suporte à realização de exercícios. Nesse contexto os professores demonstram diversificar suas propostas a fim de alcançar retorno dos adolescentes e que, ao menos alguma dessas atividades faça sentido a eles, esse é um dos objetivos principais correspondendo a uma preocupação de 85% das professoras que responderam ao questionário.

O questionário do aplicativo *Google Forms* para respostas das perguntas é utilizado por 71% dos professores e 71% usam aplicativos em formato *Word* ou *PDF* para os alunos resolverem ou responderem às perguntas. A professora Pérola considera insatisfatório o número de devolução dos trabalhos pelos alunos. Parece ser uma insatisfação de alguns, senão todos os professores a não devolução das atividades, conforme relatado por eles durante os encontros de estágio. Os professores parecem se empenhar e desejar que os alunos retornem

como forma de percepção de trabalho bem-sucedido. Entretanto, como demonstrado ao longo desse artigo não parecem ser os modelos, tipos ou tarefas que desmotivam as entregas dos estudantes.

Dentre as opções propostas pelos professores, os alunos demonstram entregar maior quantidade de atividades feitas em formato de questionários. Seja no *Google Forms* ou no formato Word ou PDF eles somam o total de 85% de professores que sugerem ser essas as atividades de maior retorno. Historicamente os mediadores do conhecimento, professores, da rede pública utilizam-se de avaliação de conhecimento com aplicação de questionário.

Portanto, o fato de estarem em ERE não significa modificação instantânea da forma como os estudantes vão aprender ou realizar as tarefas. A maior parte dos alunos do ensino fundamental precisa ser instruída e incentivada, o quanto possível, a realizar tarefas com uso do equipamento eletrônico, a desenvolverem habilidades como autonomia, organização e disciplina para executar o Ensino Remoto Emergencial. Desse modo, o papel do mediador/professor é imprescindível para promover a emancipação do aluno. Bassedas e *col.* (1996) escreveram sobre o ponto de vista construtivista em que “defende-se que o indivíduo participa ativamente na construção da realidade que conhece e que a cada modificação ou avanço que realiza no seu desenvolvimento pressupõe uma mudança na estrutura e organização dos seus conhecimentos.” (BASSEDAS e *col.*, 1996, p. 14). E para que essas modificações na aprendizagem aconteçam e que eles realizem outras tarefas para além das respostas em questionários, eles precisam do acompanhamento de professores e colegas. Assim como sugerido pela professora Diamante “eles precisam da mediação e apoio de professores e colegas para alcançarem a aprendizagem.” (sic).

4.3 Possibilidades de atividades à distância

Dentre as possibilidades de atividades à distância com uso das TDICs, outra análise nesse contexto de pandemia precisa ser verificada, a análise afetiva da aprendizagem. Conforme descrito, esse trabalho surgiu a partir de encontros semanais por vídeo chamada realizados na Escola Amarela. E segundo escrito por Bassedas e *col.* (1996) os profissionais multidisciplinares, ou seja, profissionais de múltiplas áreas de formação, como psicologia, pedagogia, psicopedagogia, áreas de gestão, dentre outras, precisam

Intervir e tentar promover modificações nos processos de ensino-aprendizagem, de forma a possibilitar que determinados alunos aprendam e melhorem o seu desenvolvimento pessoal e social para que a escola considere, cada vez mais, as abordagens e

pesquisas de psicólogos e pedagogos sobre os processos e mecanismos usados pelas crianças, quando estão aprendendo conteúdos determinados. (BASSEDAS e *col.*, 1996, p. 14).

Compreende-se que esse é um importante papel da profissional psicóloga assim como o de analisar o processo de aprendizagem como um conjunto de complexidades que corresponde a “grande diversidade de relações, situações e interações” (BASSEDAS e *col.*, 1996, p. 15), sejam elas entre alunos, professores, pedagogos, psicólogos, comunidade, instituições públicas como secretarias, prefeituras e que refletem no processo mencionado. Considera-se não existir uma forma única e engessada de aprendizagem. Portanto, considera-se a individualidade e o afeto que o relacionamento entre professor e aluno podem proporcionar do ponto de vista cognitivo para contribuir para o ensino-aprendizagem, para fazer sentido ao aluno aquele conhecimento. Nesse contexto, descreve Bassedas e *col.* (1996) que

O professor desempenha um papel indiscutível de educador, que organiza e estabelece atividades e situações para que sejam realizadas pelos alunos de uma forma significativa, ou seja, trabalhos que levem em consideração seus conhecimentos prévios e que despertem o seu interesse em aprender significativamente. (BASSEDAS e *col.*, 1996, p. 34).

Entretanto, ao serem perguntados como está o relacionamento com os alunos, tanto na entrevista como nas reuniões, frases como a de Âmbar, Rubi, Esmeralda e Pérola é que não conseguem realizar contato com os estudantes. A pandemia provocou fechamento das escolas em Belo Horizonte no começo do mês de março com menos de um mês de início de aulas e foram poucos dias úteis, considerando os feriados, por isso, alguns professores como Pérola relatam não terem tido tempo para conhecer os alunos.

Bassedas e *col.* (1996) relatam sobre a importância de os professores conhecerem seus alunos para estabelecerem melhor assertividade nas tarefas, e principalmente a contribuição do profissional para promover a aprendizagem de acordo com o grau de dificuldade que o aluno apresenta. Mas o sistema de Ensino Remoto Emergencial na rede pública não está proporcionando, até o momento da elaboração desse artigo, essa interação entre professores e alunos. Todos os professores relataram se preocupar em produzir atividades interessantes de acordo com a faixa etária em que lecionam, entretanto, a distância, a falta de vínculo, poderia ocasionar na evasão escolar, como mencionado pela SMED (2020), e essa parece ser uma importante análise e uma construção para organização das atividades, dos modos de relacionar de forma virtual.

Com isso, é importante considerar que o Ensino Remoto Emergencial requer autonomia, disciplina e dedicação para a aprendizagem por parte dos alunos. Alguns dos alunos da

Escola Amarela, vindos de metodologias presenciais de ensino com aulas expositivas, requerem auxílio para desenvolver as habilidades citadas. Entretanto, alguns professores consideram que os alunos possuem autonomia, outros não citam essa habilidade, e outros dizem que eles não as possuem. Marinho (2020) descreve que o despreparo dos estudantes de Licenciatura dos cursos de Graduação que leciona, nos quesitos organização e autonomia, falta de disposição para aprender essas competências acabam por promover a evasão desses nos cursos de Ensino a Distância (EAD). Apesar do ERE ser diferente de EAD há possibilidade de uma comparação de habilidades necessárias. E considerando a faixa etária dos alunos do nono ano do fundamental, que é entre 13 e 15 anos, a dificuldade pode ser ainda maior para eles se adaptarem ao Ensino Remoto Emergencial.

Nesse sentido, a comunicação genuína e interativa é muito importante para fortalecer os laços sociais, ainda que virtualmente. A SMED autorizou que professores façam vídeo chamadas pelo *classroom* mas, no caso dos alunos da Escola Amarela que possuem dados móveis e não tem celular individualmente, fica impossível manter aulas nesse sistema.

Considerando a realidade dos adolescentes, de seus familiares e dos professores, salientamos que vale refletir sobre formas de realização de contato com o mínimo de uso de dados móveis, como chamadas sem uso de vídeo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias digitais da informação e comunicação tem se mostrado uma ferramenta imprescindível para trabalhadores de diversas áreas e ela foi intensificada pelo fator pandemia, que proporcionou um isolamento social. Para a educação não foi diferente, assim percebe-se com a apresentação da pesquisa a importância do acesso às redes de internet, equipamentos de tecnologia que atendam às necessidades de professores e alunos para realização das atividades. Incluindo necessidades de reinvenção da metodologia educacional presente nas escolas e sugestão de novas formas de aprendizagem. Posto isso, são desafios e barreiras a serem discutidas a nível de políticas públicas, de instituições de ensino e comunidade. A construção da autonomia e emancipação dos alunos requer esforço diário de profissionais com realização de tarefas que proporcionem aprendizagem para essas habilidades.

Em contrapartida, o que é apresentado nesse artigo perpassa por questões de ausência de comunicação genuína e efetiva entre professores e alunos. Esses últimos, em sua maioria não retornam com as atividades propostas, não respondem às mensagens dos professores de

forma efetiva, assim como relatado pela SMED (2020) há uma preocupação sobre uma possível evasão dos alunos durante a pandemia.

A partir do que foi analisado surge-se dúvidas de quais seriam as formas de alcançar esses estudantes e evitar a evasão escolar, uma possibilidade seria realizar uma pesquisa para compreender como essa faixa etária do ensino fundamental aprende a aprender utilizando as TDICs. Quais as questões poderiam ser priorizadas para verificação, seria dificuldades com acesso e/ou uso da internet? Ou de utilização de aparelhos eletrônicos?

Outra opção de análise é identificar o porquê de os alunos optarem em permanecer com o envio das tarefas por meio físico (100%) em detrimento do meio eletrônico, para os 94% dos alunos que possuem acesso e equipamentos, mencionados no item acesso de alunos à equipamentos e internet.

A proposta desse artigo não foi esgotar discussões ou determinar qual a melhor forma de ensinar. Foi buscar uma breve análise de como foi e está sendo a interação na Escola Amarela, o vínculo entre professores e alunos e as possibilidades do ERE.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rosane de Albuquerque dos Santos; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Mudanças geradas pela internet no cotidiano escolar: as reações dos professores. Revista **Paidéia**, Ribeirão Preto, ano 16, n. 33, p. 193-203, ago./nov. 2006.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; *et al.* Marco de referência teórico *In: Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1996. p. 3-23.

BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**, ano 26, n. 5976. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1226966>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BELO HORIZONTE (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 102 de 18 de março de 2020. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**, ano 26, n. 5977. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1226968>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BELO HORIZONTE (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 138, de 09 de setembro de 2020. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**, ano 26, n. 6099. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1233128>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. MEC. Introdução *In: Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

DESEMPREGO chega a 14,4%, maior taxa desde 2012, e atinge 13,8 milhões. **UOL**, São Paulo, 30 out. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/10/30/pnad-continua---taxa-de-desemprego.htm>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MARINHO. Simão Pedro P. **Tecnologia e Práticas Educativas**: documento orientador da disciplina. Jul. 2020. Disponível em: <https://anyflip.com/jzpyj/nxwm/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MARINHO, S. P. P.; MARINHO, A. M. S. TÁRCIA, L.; SILVA, C. L.; VELLOSO, M. J. (2012). A evasão na formação *on-line* no projeto UCA em Minas Gerais: identificar razões para pensar novas estratégias. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2., 2013, Campinas. Anais [...].* Campinas: WCBIE, 2013, p.592-601. DOI: 10.5753/CB 592 IE.WCBIE.2013.592. Disponível em: <https://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/2722>. Acesso em: 25 nov. 2020.

OLIVEIRA, Elida. Percentual de alunos desmotivados em estudar na pandemia chega a 54% em setembro, diz pesquisa. **O Globo**, 09 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/09/percentual-de-alunos-desmotivados-em-estudar-na-pandemia-chega-a-54percent-em-setembro-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PRENSKY, Marc. Nativos digitais, imigrantes digitais. **On the Horizon**. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. v. 9, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2203029-Nativos-digitais-imigrantes-digitais.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S. **Metodologia da pesquisa em Psicologia**. Editora: McGraw-hill do Brasil. 2012.